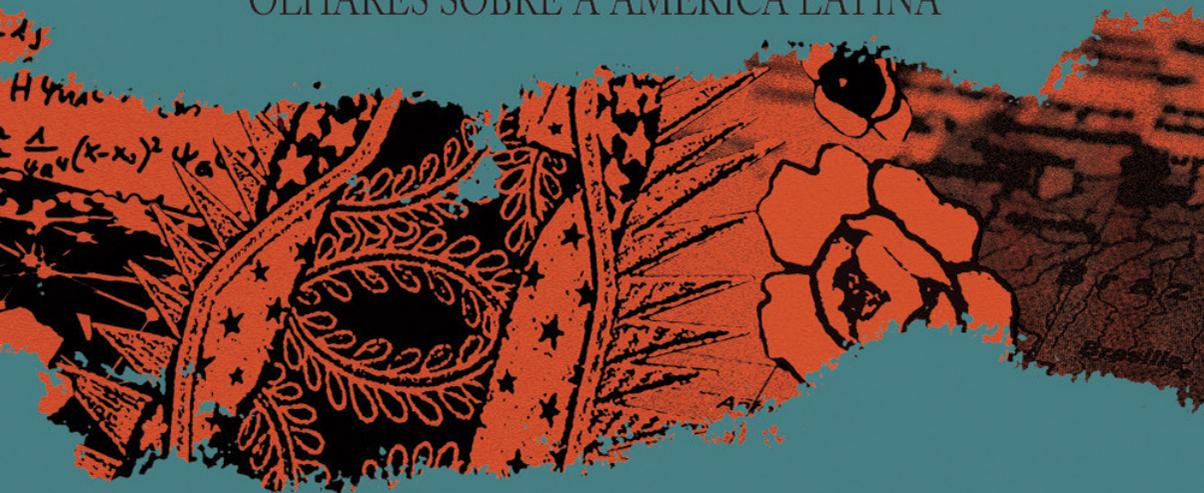


Sociedade, Conhecimentos e Colonialidade

OLHARES SOBRE A AMÉRICA LATINA



Maíra Baumgarten

Organizadora

Sociedade, Conhecimentos e Colonialidade



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora e Pró-Reitora
de Coordenação Acadêmica

Jane Fraga Tutikian

EDITORA DA UFRGS

Diretor

Alex Niche Teixeira

Conselho Editorial

Carlos Pérez Bergmann

Claudia Lima Marques

Jane Fraga Tutikian

José Vicente Tavares dos Santos

Marcelo Antonio Conterato

Maria Helena Weber

Maria Stephanou

Regina Zilberman

Temístocles Cezar

Valquiria Linck Bassani

Alex Niche Teixeira, presidente

CENÁRIOS DO
CONHECIMENTO



Coordenação da Série
Ivan da Costa Marques
(UFRJ, Rio de Janeiro)

José Vicente Tavares dos Santos
(UFRGS, Porto Alegre)
Maira Baumgarten
(UFRGS, Porto Alegre)

Conselho Editorial

Ana Maria Fernandes
(UNB, Brasília)

César Ricardo Siqueira Bolaño
(UFS, Sergipe)

Clarissa Eckert Baeta Neves
(UFRGS, Porto Alegre)

Ernani Lampert
(FURG, Rio Grande)

Fernanda Sobral
(UNB, Brasília)

Gilson Lima
(UFRGS, Porto Alegre)

Ingrid Sarti
(UFRJ, Rio de Janeiro)

Ivan Izquierdo
(PUCRS, Porto Alegre)

José Vicente Tavares dos Santos
(UFRGS, Porto Alegre)

Jorge Olimpio Bento
(Univ. Porto, Portugal)

Maria Lucia Maciel
(UFRJ, Rio de Janeiro)

Sociedade, Conhecimentos e Colonialidade

OLHARES SOBRE A AMÉRICA LATINA

Maíra Baumgarten

Organizadora

© dos autores
1ª edição: 2016

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão editorial: Cristina Thumé Pacheco
Tradução do Espanhol para Português: Regina Beatriz Vargas (capítulos: 4 Marcelo Arnold-Cathalifaud, Hugo Cadenas, 8 Silvia Lago Martínez e 10 Hernán Thomas, Lucas Becerra)
Editoração eletrônica: Luciane Delani

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1ª de janeiro de 2009.

S678 Sociedade, conhecimentos e colonialidade: olhares sobre a América Latina / organizado por Maíra Baumgarten . – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

244p. : il. ; 16x23cm

(Série Cenários do Conhecimento)

Inclui referências.

Inclui figuras, gráficos, quadros e tabelas.

1. Ciências Sociais. 2. Sociologia. 3. Ciências Sociais – Colonialidade – Desenvolvimento. 4. Linhagens pós-coloniais – Ampliação – Conhecimento. 5. Sociologia – Política. 6. Sociologia do desenvolvimento. 7. Produção – Conhecimento – América Latina – Políticas – Democracia – Inclusão. 8. Política brasileira – Ciência – Tecnologia – Inovação. 9. Inovação – Cooperativismo – Desenvolvimento inclusivo. 10. Movimentos sociais – América Latina – Produção – Conhecimentos. I. Baumgarten, Maíra. II. Série.

CDU 316(7/8=6)

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0324-5

Fazer ciência na periferia: internacionalizar é preciso?¹

Maíra Baumgarten

Introdução

O cenário da mundialização e financeirização da economia se fez acompanhar de processos de globalização em diversos âmbitos, inclusive no da cultura e da ciência e tecnologia. No Brasil, a internacionalização da ciência e tecnologia vem sendo vista nas universidades, instituições de gestão e fomento à pesquisa e em diversas outras instâncias sociais como necessária e até imprescindível para o desenvolvimento da ciência e do próprio país.

Entre os espaços privilegiados para a formação de redes de cientistas estão os periódicos acadêmicos. Quando analisamos a problemática da produção e manutenção de periódicos em ciências sociais no Brasil, percebemos que as condições sob as quais se desenvolvem as atividades de edição nessa área estão subordinadas a diversos âmbitos que compreendem desde as instituições em que se produz a pesquisa – as condições de infraestrutura que as mesmas oferecem e suas políticas –, passando por instâncias nacionais, regionais e locais de formulação de políticas de avaliação, controle e financiamento da pesquisa.

¹ Esse capítulo é uma versão com foco modificado, revisada e ampliada do artigo “Gestão de Periódicos Científicos em Ciências Sociais: uma experiência”, publicado na revista *Pensata*, v. 4, n. 2, de outubro de 2015. A pesquisa sobre periódicos científicos e divulgação de ciência está sendo desenvolvida no âmbito do Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação Social, projeto do LaDCIS/UFRGS e contou com apoio do CNPq e da Fapergs. Agradeço a Regina Vargas, editora gerente da revista *Sociologias*, a revisão cuidadosa e as valiosas sugestões de conteúdo.

As revistas científicas e de divulgação são instrumentos estratégicos para a circulação dos conhecimentos produzidos nas instituições de pesquisa e, como tal, constituem-se em objeto de formulação de políticas e de avaliação em âmbito internacional e nacional, por órgãos de gestão e fomento à pesquisa, ao mesmo tempo em que desenvolvem políticas editoriais próprias para definir objetivos e escopo das publicações.

Por outro lado, apesar de os periódicos científicos se constituírem em importantes meios de circulação de conhecimentos e de formação de redes de pesquisadores, as atividades editoriais não têm sido adequadamente valorizadas nas instituições de pesquisa, e, de forma geral, os cientistas sociais enfrentam inúmeros desafios para editar seus periódicos (Campos, 2014; Benchimol; Cerqueira; Papi, 2014; Baumgarten, 2015).

Questões como as políticas de financiamento, os parâmetros de classificação das revistas, a utilização de critérios bibliométricos externos e a situação da infraestrutura institucional oferecida a editores e periódicos são alguns dos temas centrais na discussão sobre periódicos no Brasil e na América Latina. Ao mesmo tempo, algumas das exigências em termos de internacionalização de periódicos, relacionadas com orientações das agências de fomento e de bases de dados (parâmetros utilizados para a classificação das revistas, métricas usadas em sua avaliação) indicam a importância de empreender um amplo debate sobre o tema.

A importância de ampliar os processos de internacionalização daquilo que produzimos no subcontinente e as dificuldades e possibilidades envolvidas neste processo estão entre as questões que vêm sendo debatidas em distintos encontros que tratam da produção e circulação de conhecimentos em ciências sociais.²

Esse foi um dos principais temas do último Fórum de Editores da Associação Latino-Americana de Sociologia (Alas), em 2013. Como resultado dos debates, voltamos para nossos países com a tarefa de buscar soluções para essa necessidade que se está colocando para nossos periódicos, sem perder de vista que o público predominante (nas ciências sociais) é nacional e latino-americano e que temos uma cultura e identidade que

²IV Encontro de Editores de Ciências Sociais (SBS 2013), Fórum de Editores de Saúde Coletiva – Carta de São Paulo (Abrasco, 2014) Fórum Internacional de Revistas Científicas (Anpocs, 2015), V Encontro de Editores de Ciências Sociais (SBS 2015), Escote (2015) entre outros.

passa pela língua, assim como possuímos em nossos países problemas e questões diferentes daqueles dos países europeus e da América do Norte.

Publicar em português e em espanhol é importante não só porque nossos leitores entendem esses idiomas, mas também porque essas são as nossas raízes culturais e linguísticas. É claro que publicar em um idioma que tem alcance mundial (o inglês) permite levar a produção científica latino-americana não só para Europa e América do Norte, como também para África e Ásia, regiões que partilham algumas das especificidades da nossa região. Esse é um aspecto positivo desse tipo de internacionalização, pois possibilita o diálogo sobre diferentes abordagens a problemas que se assemelham e possibilita aos países do Norte um melhor entendimento de nossas especificidades.

Por outro lado, entre os principais problemas na tendência de internacionalização via padronização no idioma inglês estão: 1) o risco de aprofundar a elitização da ciência, pois a grande maioria de estudantes e mesmo de pesquisadores no Brasil e América Latina não domina esse idioma e, portanto, terá dificultado o seu acesso ao conhecimento produzido e difundido nessa língua; 2) o risco de aprofundar a dominação cultural pela consolidação do idioma inglês como a “língua da ciência”. Isso aumenta o risco da “assimilação” que descaracteriza e acaba com culturas e conhecimentos locais (epistemicídio). O Sul produz teoria a partir de sua própria perspectiva e especificidades, e a obrigatoriedade de vertê-la para o inglês para que seja reconhecida internacionalmente desrespeita e discrimina as culturas não anglo-saxônicas. A isso se poderia chamar “racismo cultural”.

O presente capítulo aborda esta problemática, buscando apontar alguns dos problemas do atual movimento de internacionalização da nossa ciência focada em uma única língua – o inglês –, indicando alternativas possíveis que apoiam a ampliação de nossas redes de conhecimentos sem provocar a perda da identidade linguística e cultural e que promovem e ampliam as relações Sul-Sul.

Contextos de produção e circulação de conhecimentos em ciências sociais

A edição não tem sido muito valorizada nas universidades brasileiras, instituições em que as principais atividades são a docência e a pesquisa. Até meados do século passado, os congressos, encontros e livros foram a principal fonte de circulação do conhecimento. Em ciências sociais, especificamente, os livros vêm sendo o principal meio de divulgação e circulação do que é produzido.

Durante a década de 1970, alguns poucos periódicos cumpriram o importante papel de incentivar o debate teórico e político³ no Brasil, mas foi somente a partir dos anos 1980 e 1990 que as atividades de divulgação e disseminação do conhecimento produzido nas universidades passaram a encontrar apoio em políticas específicas nas agências, a partir da criação do Ministério de Ciência e Tecnologia, do relativo fortalecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no Ministério da Educação. Nas instituições de pesquisa (universidades e institutos de pesquisa), não obstante, essas atividades permaneceram secundárias, e a iniciativa de seu desenvolvimento ficou a cargo, principalmente, dos programas de pós-graduação e de algumas unidades das instituições, tais como departamentos ou faculdades, de modo geral, sem uma política institucional voltada especificamente ao apoio da atividade de divulgação e difusão do conhecimento produzido.

Os principais periódicos na área de ciências sociais são relativamente recentes: a revista *Dados* do IUPERJ, uma das mais antigas, iniciou em 1966, mas está disponível digitalmente apenas a partir de 1996; a *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - RBCS (Anpocs) teve início em 1986; a revista *Tempo Social* (USP), em 1989; e *Sociologias*, que sucedeu os *Cadernos de Sociologia*, na UFRGS, em 1998.⁴

A última década do século XX e as décadas iniciais do novo século trouxeram mudanças importantes para a produção de ciência e tecnologia

³ *Estudos Cebrap*, *Lua Nova*, *Cadernos de Saúde Pública* entre outros. Nas décadas de 1970, 1980, esses periódicos foram estratégicos para a manutenção de debates e trocas entre a coletividade de cientistas sociais no Brasil.

⁴ Disponível em: <<https://sites.google.com/site/sociologiasemrevista/revistas-a1>>. Acesso em: 20 set. 2015.

no país com o surgimento de novos programas de pós-graduação (PPG) e mudanças nos programas já existentes, que passaram, a partir da avaliação da Capes, a desenvolver uma lógica distinta e uma série de atividades antes inexistentes ou consideradas de menor importância. Esse processo levou a um incremento da produção e, também, da divulgação de pesquisas por meio de periódicos científicos.

Ao analisar alguns paradoxos existentes no atual cenário das revistas científicas no Brasil, Breno Bringel (2015) chama atenção para o fato de que na área de ciências sociais, ao mesmo tempo em que há em curso um processo de profissionalização e institucionalização, com um maior grau de especialização e de aprofundamento no conhecimento de vários temas, há também uma menor integração intelectual, o que se percebe pela segmentação das agendas de pesquisa e dificuldade de estabelecer debates e interações sistemáticas em nossas revistas. Por outro lado, a crescente relevância dos periódicos, como meios estratégicos de interação e formação de redes, não é acompanhada de um crescimento correspondente da importância conferida aos mesmos em termos de políticas institucionais para o setor e de valorização das atividades editoriais (Baumgarten, 2015; Bringel, 2015).

Se, de forma geral, as instituições não têm políticas editoriais abrangentes que apoiem e viabilizem a edição de periódicos, em alguns casos há programas de apoio à edição de periódicos (a Universidade Federal do Rio Grande do Sul é um exemplo) que dão algum suporte para a produção das revistas através da destinação de bolsista, impressão, editoração e treinamentos nas plataformas de acesso aberto.⁵ Mas permanece a falta de valorização das atividades de edição e gestão de periódicos no que se refere a avaliação institucional, cargos, gratificações, infraestrutura.

A carência de pessoal técnico e de espaço nas universidades reflete-se nas revistas que, muitas vezes, não têm funcionários permanentes, apenas bolsistas, e têm espaço físico inadequado às suas atividades. Dessa forma, o que vem possibilitando a existência e a permanência de alguns periódicos importantes para sua área e com uma produção significativa são as políticas de fomento das agências nacionais como CNPq e Capes, algumas

⁵ Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/propeq/programas/apoio-a-educacao-de-periodicos/apresentacao-do-paep>>. Acesso em: 20 set. 2015.

agências estaduais (FAPs e fundos estaduais de ciência e tecnologia) e projetos como o da SciELO, que disponibiliza periódicos científicos.⁶

A Scientific Electronic Library Online (SciELO) é resultado de um projeto de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme). Tem por objetivo o desenvolvimento de uma metodologia comum para preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico e consiste na implantação de uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. A SciELO, que a partir de 2002 passou a contar com o apoio do CNPq, vem desempenhando um importante papel na qualificação dos periódicos brasileiros e tem encontrado adeptos em diversos países ibero-americanos, transformando-se em ator importante no cenário da divulgação da produção científica no Brasil e na América Latina.

Com o avanço das atividades do projeto, novos títulos de periódicos foram sendo incorporados à coleção da biblioteca no Brasil.⁷ Há uma política para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil que prevê uma série de critérios e procedimentos de avaliação dos periódicos candidatos a participarem na biblioteca eletrônica.⁸

Foi também formada a Rede SciELO, que abrange diversos países ibero-americanos e que vem contribuindo para o progresso da investigação científica por meio do melhoramento da comunicação dos resultados de pesquisa em periódicos nacionais de qualidade. Seu objetivo é: “[...]aumentar de forma sustentável a visibilidade, a qualidade, o uso e o impacto dos periódicos que indexa. Portanto, contribui para o desenvolvimento das capacidades, infraestruturas nacionais de informação e comunicação científica [...]”⁹ nos países em que atua. A abrangência da rede com suas distintas coleções já desenvolvidas e em desenvolvimento está descrita na Figura 1. A SciELO implantou coleções de periódicos

⁶ Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/sobre2>>. Acesso em: 20 set. 2015.

⁷ Disponível em: <<http://www.scielo.br/?lng=pt>>. Acesso em: 20 set. 2015.

⁸ Disponível em: <http://www.scielo.br/avaliacao/20141003NovosCriterios_SciELO_Brasil.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

⁹ *Agenda de discussão sobre o desenvolvimento futuro da Rede SciELO*. SciELO em Perspectiva. Disponível em: <<http://blog.scielo.org/blog/2013/08/19/agenda-de-discussao-sobre-o-desenvolvimento-futuro-da-rede-scielo/>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

em onze países ibero-americanos, além das coleções específicas de Saúde Pública e a Social Sciences English Edition. Estão em desenvolvimento as coleções Bolívia, Paraguai, Peru e Uruguai.



Figura 1 – Rede SciELO
Fonte: Blog SciELO

A Coleção SciELO Social Sciences English Edition foi originalmente concebida para aumentar a visibilidade de nossos periódicos vertendo para o inglês alguns artigos selecionados por periódico, que compunham um número anual em inglês de cada revista pertencente à coleção. Essa coleção foi descontinuada por falta de apoio e financiamento, o que é, no mínimo, estranho quando se considera o forte movimento em favor da internacionalização das agências (CNPq e Capes) e a preferência pelo idioma inglês.

Por outro lado, em 2014, a CAPES chamou os editores de periódicos para um encontro e anunciou um projeto de internacionalização de algumas das revistas brasileiras, apoiando aquelas consideradas de padrão internacional para que passem a ser editadas por grupos editoriais internacionais.¹⁰ O encontro contou com a presença de algumas dessas editoras, indicando claramente a disposição da Capes em utilizar os critérios e mecanismos de mercado em sua política de internacionalização, em direção contrária daquela que se esperaria de uma instituição pública (Bringel, 2015).

Como veremos adiante, apesar da importância da SciELO e de suas contribuições para a qualificação dos processos editoriais e visibilidade dos nossos periódicos, eventualmente suas exigências e demandas sobrecarregam os processos de gestão das revistas. Não obstante as muitas dificuldades para a edição de periódicos, eles têm desempenhado um papel cada vez mais estratégico na circulação do conhecimento e na formação de redes nacionais e internacionais. São também muito importantes para os programas de pós-graduação, ajudando a mostrar e qualificar sua produção.

As revistas, assim como os programas, são avaliadas e hierarquizadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A Capes criou um complexo sistema de avaliação dos PPGs, com plataformas (atualmente, Sucupira) para a inserção de dados que após serão utilizados pela própria coletividade científica (pesquisadores indicados por PPGs e instituições e escolhidos por um coordenador de área) para julgar a qualidade dos programas. Como auxiliar desse sistema, a agência criou um aplicativo para avaliação dos periódicos utilizados pelos programas de pós-graduação: o Qualis Periódicos e, recentemente, o Qualis Livros.

A avaliação e a classificação dos PPGs cumpriram o papel de qualificar os programas, criar instrumentos para acompanhar a produção e para incentivá-la. Não obstante, trouxeram junto consigo algo que já estava ocorrendo nos países centrais: uma ênfase crescente no produtivismo, incentivado pelos processos avaliativos e pela lógica desses processos que (historicamente), no Brasil, contém uma aparente contradição: um embasamento utilitarista para o modelo de gestão do setor, que incorpora

¹⁰Ver notícia “Capes anuncia projeto de internacionalização das revistas brasileiras” publicada pela *Folha de S. Paulo*, disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2014/10/1541286-capes-anuncia-projeto-de-internacionalizacaode-revistas-cientificas-brasileiras.shtml>>. É importante considerar que esses grupos não trabalham com política de acesso aberto, como SciELO.

o discurso da inovação (econômica) e da relação necessária com o setor produtivo, ao lado da institucionalização da prática científica segundo as motivações internas dos diversos campos do conhecimento, atendendo, de forma preferencial, a uma demanda espontânea da coletividade acadêmica, sobre a qual apenas se aplicam critérios de mérito técnico e científico, com base na ideia de autonomia da ciência e de excelência.¹¹

Uma forte dominância, nas agências de fomento e avaliação, da perspectiva das áreas de ciências exatas e biociências, cuja produção tem características mais internacionais (em termos de temática e público), levou à adoção de padrões internacionais de qualidade “pasteurizados”. Esses indicadores não foram desenvolvidos no país e sim importados dos países centrais, em que os contextos são diferentes (tanto em termos de desenvolvimento do setor de C&T e de infraestrutura, quanto de cultura). Também não foi levado em conta o fato de que várias dessas métricas já vêm sendo reavaliadas em seus países de origem.

Ao mesmo tempo, não foram questionados os conceitos de excelência e qualidade empregados. Tais conceitos são utilizados sem um maior conhecimento sobre sua origem, sobre o referencial teórico a partir do qual se constituem e sobre quem e por que os define como tal. O que é qualidade e quais são os parâmetros para medi-la? Existe qualidade em abstrato? Excelência para quê e para quem?¹²

Além do mais, há uma grande diferença entre áreas: exatas e biociências têm características muito diferentes das humanidades. Como padronizar? É possível e desejável? A Capes tem critérios construídos por áreas, entretanto, há uma tendência a privilegiar alguns critérios a partir da hegemonia (histórica) das áreas de ciências exatas e biomédicas. Exemplos são o fator de impacto e a adoção do inglês como a língua privilegiada da internacionalização.

¹¹ A visão mertoniana da ciência como autônoma e regida por uma dinâmica própria, independente da sociedade em que se desenvolve, e dos cientistas como um grupo social cujo objetivo é a busca desinteressada de novos conhecimentos, está na raiz do conceito de excelência que vem sendo empregado no Brasil, orientando, também as propostas de avaliação em C&T (ver a respeito Baumgarten, 2004b).

¹² Ver a esse respeito Baumgarten, 2004a.

A forte pressão para promover a internacionalização (entendida basicamente como publicar em periódicos estrangeiros e em inglês) que a Capes vem imprimindo aos programas de pós-graduação tem impactos diretos nos programas da área de ciências sociais, cujos integrantes buscam cada vez mais publicar em periódicos estrangeiros, apesar de suas temáticas e questões serem, de forma geral, nacionais, locais, relacionadas com contextos do Sul. Os periódicos publicados por esses programas, por sua vez, vêm sendo forçados paulatinamente a publicar em inglês (e não em português ou espanhol). Junto a isso é exigida a sua presença em indexadores e bases de dados ligadas aos grandes grupos editoriais como Elsevier ao mesmo tempo em que se desconsideram bases importantes para periódicos das áreas de humanidades, como Redalyc,¹³ uma rede de revistas da América Latina, do Caribe, de Portugal e da Espanha, o que traz inúmeros problemas como veremos na seção a seguir.

Os periódicos no Brasil: políticas, avaliação, gestão

Algumas questões importantes a considerar para refletir sobre os periódicos são: que tipos de temas e problemas orientam as pesquisas em ciências sociais? Qual a relação com o que pesquisamos e nossa cultura e língua? Que público desejamos atingir? Nossos temas são predominantemente internacionais ou locais e regionais?

Uma longa experiência como editora de periódico científico na área de humanidades e o trabalho de pesquisa nos temas políticas de C&T, indicadores de C&T e divulgação de C&T permitem visualizar alguns dos principais entraves e problemas no campo da edição de periódicos no Brasil e também o lugar desses na produção científica brasileira.

Nos últimos vinte anos, a atividade editorial no país sofreu grandes mudanças com o advento do acesso aberto e o desenvolvimento de instrumentos como a Plataforma SEER, que possibilitou a disponibilização *online* dos periódicos e trouxe consigo programas de gerenciamento dos mesmos. Também a própria SciELO desenvolveu seu programa de gerenciamento, instrumentos que dão suporte e apoio ao editor, mas que precisam ser aprendidos e para os quais editores, bolsistas e funcionários precisam ser treinados.

¹³ Para mais informações ver <http://www.redalyc.org/>.

Por outro lado, não há (ainda) políticas de valorização das atividades editoriais e de reconhecimento das mesmas nas rotinas de avaliação institucional (no programa, na unidade ou na universidade), e apenas recentemente esse reconhecimento passou a existir (de forma ainda tímida) nas agências de fomento (através das abas de participação em comitês editoriais e de edição no CV Lattes).

Dessa forma, a atividade editorial – estratégica no sentido da circulação dos conhecimentos produzidos e do apoio à formação de redes de pesquisadores e ampliação do âmbito de divulgação do que é produzido nas universidades e instituições de pesquisa – vem sendo uma atividade a mais para o pesquisador (que o sobrecarrega e para a qual há pouco reconhecimento institucional), o qual precisa lidar com processos extremamente complexos de gestão e edição com um mínimo de apoio e, muitas vezes, com recursos escassos. Os editores também têm a seu cargo (juntamente com a Comissão Editorial) a formulação da política do periódico e de suas rotinas.

A formulação da política dos periódicos vem sendo crescentemente orientada por normas e critérios advindos das agências de fomento e da SciELO (mesmo aqueles que não recebem recursos ou que não estão na base SciELO os seguem, porque querem participar no futuro). Essa forte ingerência pode levar a uma padronização dos nossos periódicos, ameaçando a diversidade e variedade que os caracteriza. Um claro exemplo são as novas regras da SciELO que colocam, para 2016, a obrigatoriedade de que os periódicos (de ciências sociais) participantes da base publiquem, pelo menos, 30 % de seus artigos em inglês. Além da uniformização, essa exigência pode levar à exclusão de boa parte de nossos alunos (que não têm um bom domínio do inglês). Por outro lado, isso exclui (ou restringe) a publicação de artigos de países com outras línguas (Espanha, Portugal, França, parte do Canadá, parte da África). Há ainda a considerar o fato de que muitos dos colaboradores estrangeiros (notadamente os anglo-saxões) não querem ter seu *paper* publicado em inglês, pois pretendem publicá-lo em seus países.

Além dos processos avaliativos internos (programa de apoio aos periódicos, CNPq, Capes, SciELO), há ainda os processos avaliativos dos indexadores internacionais (Scopus, SocINDEX) e repositórios como Redalyc (Red de Revistas científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal) que apresentam exigências diversas para a inclusão dos periódicos em suas bases de dados. A adequação do periódico a todos esses pro-

cessos avaliativos é algo bastante difícil e demanda tempo e conhecimento das diferentes instâncias, critérios e procedimentos.

Um ator importante no cenário internacional são as grandes editoras como Sage e Elsevier que dominam boa parte do mercado editorial de periódicos. As editoras são empresas que se regem pela lógica comercial e mercantil (apesar de seu discurso de profissionalização e divulgação da ciência), cobrando os acessos aos artigos e também, eventualmente, dos próprios autores (taxas de processamento de artigos) que submetem textos. O interesse comercial encoberto por uma ideologia de profissionalização, visibilidade e excelência universal vem impondo critérios e visões que reforçam a estrutura desigual de produção e circulação de conhecimentos, mantendo os países periféricos dependentes com relação aos centrais no que se refere à ciência e à tecnologia (Bringel, 2015; Beigel, 2013). Um episódio recente de tentativa de desqualificação da SciELO¹⁴ demonstra o tipo de estratégia e de perspectiva veiculadas pelos críticos do acesso aberto e de estruturas alternativas às grandes editoras.

Internamente, o Qualis Periódicos, que primeiramente hierarquizava as revistas em nacionais e internacionais, mudou sua forma de avaliação, estabelecendo um conjunto de níveis: A1 e A2; B1 a B5 e C para classificar as revistas. Os critérios são definidos dentro das áreas e também a classificação pode ser diferente de área para área, justamente pela diferenciação dos critérios. Assim, uma mesma revista pode ser classificada como A1 em sua área e como B5 em outra subárea ou área, o que é, no mínimo, estranho e demonstra como a qualidade (e excelência) pode ter diferentes padrões a partir de distintas perspectivas.

No caso dos periódicos que estão bem avaliados no Qualis (extratos A1 e A2), há o agravante da grande demanda para publicação. Esta acaba por criar um enorme excesso de artigos submetidos e dificuldade para conseguir avaliadores disponíveis, aumentando o tempo entre o recebimento e a publicação do artigo.

Um dos mais significativos problemas enfrentados pelos periódicos nos parece ser a profissionalização das equipes editoriais. As atividades de gestão das operações cotidianas não deveriam ficar em mãos de bolsistas (que trocam a toda hora), ou de estagiários ou mesmo de funcionários das instituições de pesquisa sem experiência na área editorial, pois são ativida-

¹⁴ Ver artigo de Jeffrey Beall “Is SciELO a publication favela?”, disponível em: <<http://peloscielo.org>>.

des complexas que exigem conhecimento mínimo das normas e dos fluxos que orientam o processo, bom manejo do português e preferencialmente conhecimento de outros idiomas, contatos cotidianos com pesquisadores, consultores, responsabilidade, confidencialidade e qualificação em gestão. Os editores são também professores, pesquisadores e não têm como assumir o trabalho de gestão executiva, que envolve conhecimento aprofundado dos sistemas de gerenciamento editorial. Por outro lado, a própria atividade de coordenação editorial já é uma atividade bastante absorvente.

Atualmente os periódicos financiados pelo CNPq vêm enfrentando outro sério problema relacionado ao repasse dos recursos: pela primeira vez, desde que existe o Programa de Apoio à Edição de Periódicos do CNPq (e depois Capes), o recurso destinado foi interrompido. A metade do montante foi utilizada, e, sem qualquer aviso, o restante do recurso não foi repassado aos editores responsáveis por cada projeto editorial. Assim sendo, algumas atividades essenciais para a manutenção da periodicidade da revista não puderam ser efetuadas nos prazos previstos, dentre elas, serviços contratados de terceiros, tais como traduções de artigos (para atender aos critérios de internacionalização) e marcação de arquivos em formato XML (exigência da SciELO para a manutenção dos periódicos na base). Tais atrasos também podem comprometer a própria pontualidade na periodicidade das revistas, especialmente quando estas se mantêm basicamente com o apoio dessas agências. O problema fica mais sério, porque a crise de financiamento é geral, e as universidades e programas de pós-graduação também não estão recebendo os repasses ou os receberam com cortes de 75 % a 85 %, o que dificulta o apoio dos mesmos aos periódicos.

Se essa situação se mantiver, o esforço despendido até agora para a criação, manutenção e melhoria dos veículos de circulação de conhecimentos na área de ciências sociais no Brasil se perderá, pois as revistas terão problemas para manter a periodicidade e credibilidade, enfrentarão dificuldades com seus fornecedores e correrão o risco de serem excluídas da SciELO e dos indexadores e repositórios internacionais.

Esse conjunto de problemas vem sendo debatido pelos editores da área de ciências sociais em encontros que ocorrem em diferentes fóruns, como a Reunião Anual da Anpocs e o Congresso Brasileiro de Sociologia, que tem entre suas atividades o Encontro de Editores em Ciências Sociais, que já está em sua quinta edição. Entre as principais questões discutidas nos encontros sobre edição de livros e periódicos no Brasil – sua produção

e circulação – estão as políticas nacionais de gestão e de fomento à edição de periódicos, os processos avaliativos a que esses se encontram submetidos e os movimentos no sentido de ampliar os processos de internacionalização do que é produzido no país, bem como as dificuldades e possibilidades envolvidas nesse processo (Sociedade Brasileira de Sociologia, 2013).

A análise do relatório do IV Fórum de Editores de Ciências Sociais aponta diversos problemas no âmbito da edição de periódicos na área de ciências sociais, entre eles: falta de profissionalização das equipes editoriais, responsável, em alguns casos, pela descontinuidade da produção de revistas e pela grande dificuldade de criar novos veículos de divulgação na área de humanidades; dificuldades com relação à avaliação de impacto com base em citações como instrumento de medição de qualidade em ciências sociais; produtivismo crescente, com resultados danosos para a qualidade da produção editorial; temas relativos à internacionalização e à cooperação Sul-Sul; os parâmetros da SciELO para avaliação e manutenção das revistas na sua base (Sociedade Brasileira de Sociologia, 2013). A essas questões, podemos acrescentar a pressão das grandes editoras internacionais para entrar no país e abrir para si o mercado local de edição de periódicos.

Nos debates do V Fórum de Editores de Ciências Sociais (Sociedade Brasileira de Sociologia, 2015) essa problemática se manteve e foi acrescida de novas questões, como a avaliação de impacto com base em citações. Analisou-se o baixíssimo índice de citações de trabalhos publicados em periódicos nacionais, na área das ciências sociais (em termos internacionais), resultante de limitações relacionadas à língua e aos temas e questões de interesse (ou falta de interesse) nos países centrais, nem sempre estratégicos para os países do Sul. Apontou-se a necessidade de promover um debate sobre a questão, com vistas a problematizar seu uso como instrumento de medição de qualidade e a buscar alternativas.

Outro problema importante que voltou a ser colocado foi o da internacionalização da produção brasileira, debatendo-se as relações centro-periferia e produção científica, a questão da dependência acadêmica, das temáticas locais *versus* público internacional. A identidade do debate nacional e a língua também foram abordados. Uma das recomendações foi estabelecer o eixo Sul-Sul e a América Latina como instâncias estratégicas da internacionalização.

Internacionalizar é preciso (?)

A pergunta do título do artigo refere-se a uma dúvida sobre a necessidade (possibilidade e oportunidade) de internacionalizar a ciência brasileira, mas também remete a Fernando Pessoa e sua dúvida sobre a precisão (exatidão) da vida. Ora, refletir sobre acontecimentos, instituições, estruturas, ações das pessoas – enfim, investigar a sociedade, ou as relações de poder, ou grupos populacionais específicos ou culturas – é pensar sobre a vida; e a atividade de pensar e representar a vida em sociedade não é uma ciência exata (como de resto nem as chamadas ciências exatas o são).

É atividade que exige o contexto, mesmo quando se trata do global. É um pensar em línguas e culturas específicas. Os problemas são nacionais e locais, ainda que hoje o mundo seja global. Os públicos também o são. O mundo ainda não tem uma única língua, e há uma forte relação entre linguagem e cultura. As questões são globais no que se refere à nossa relação com a natureza, à distribuição de riqueza, ao modo de produção da vida dominante; mas são, ao mesmo tempo, locais em termos de repercussões concretas.

Assim, quando pensamos sobre que tipo de internacionalização é boa para nós, é também necessário refletir sobre nossa realidade concreta, nossa história, nossas potencialidades e nossos interesses.

O tema dos periódicos científicos e de divulgação em ciências sociais é crucial nos estudos que trabalham com a relação ciência, tecnologia e sociedade (CTS), pois os periódicos desempenham um papel importante na conformação de qual saber vai ser criado, que conhecimento vai ser construído. Por outro lado, se não tivermos nossa própria reflexão contextual sobre este papel, não teremos elementos para problematizar, junto a agentes locais (CNPq, Capes, FAPs estaduais, as próprias coletividades científicas locais e os coletivos em geral), os critérios que concedem «objetividade» a processos de medida de “qualidade” associada a publicações em periódicos que são classificados de acordo com critérios cuja história, em geral, desconhecemos e nunca paramos para avaliar.

Um dos consensos a que chegamos no IV Fórum de Editores de Ciências Sociais foi o de que a qualidade dos periódicos não pode ser separada de seu conteúdo e de seus processos de revisão. Uma grande pesquisa pode ser publicada em qualquer lugar e em qualquer idioma.

Nossos periódicos são vários, heterogêneos e distintos. Alguns são direcionados para um público leitor amplo, geral e internacional; outros são mais especializados em seu conteúdo e voltados para o público especializado. Seu escopo e público leitor não dizem nada sobre a qualidade de seu conteúdo intelectual (Sociedade Brasileira de Sociologia, 2013).

Fazer circular o conhecimento em ciências sociais no Brasil e ajudar no estabelecimento de redes de pesquisadores (internamente, na América Latina e apoiando a relação Sul-Sul) parece ser um bom objetivo para os nossos periódicos, e, para tanto, é essencial que os processos avaliativos e classificatórios levem em conta nossas características, necessidades e potencialidades.

A investigação e debate sobre as atividades de edição são estratégicos no momento atual, dada a sua importância para o avanço das ciências sociais, para a disseminação do conhecimento produzido em sociologia, ciência política e antropologia, para a divulgação científica neste campo e, principalmente, para a compreensão social acerca do atual momento histórico de transição entre modos de produção social.

Referências

BAUMGARTEN, M. Avaliação e gestão de ciência e tecnologia: Estado e coletividade científica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, CES, v. 70, p. 33-56. dez. 2004a.

_____. Comunidades ou coletividades? O fazer científico na era da informação. *Política & Sociedade*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, v. 1, n. 4, p. 97-136, 2004b.

_____. Gestão de periódicos científicos em ciências sociais: uma experiência. *Pensata*. Revista dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unifesp, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 44-52, out. 2015.

BEIGEL, F. Centros y periferias en la circulación del conocimiento. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 245, p. 110-123, mayo-jun. 2013.

BENCHIMOL, J.; CERQUEIRA, R.; PAPI, C. Desafios aos editores da área de humanidades no periodismo científico e nas redes sociais: reflexões e experiências. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 347-364, abr.-jun. 2014.

BRINGEL, B. Desafios para os periódicos de ciências sociais no Brasil: cenários, atores e políticas. *Pensata*. Revista dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unifesp, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 53-64, out. 2015.

CAMPOS, V. *Produtivismo, pesquisa e comunicação científica: entre o veneno e o remédio*. SciELO em Perspectiva. 2014. Disponível em: <<http://blog.scielo.org/blog/2014/08/28/produtivismo-pesquisa-e-comunicacao-cientifica-entre-o-veneno-e-o-remedio/>>. Acesso em: 18 set. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). *Programas de editoração*. Disponível em: <<http://cnpq.br/apresentacao-programa-editorial>>. Acesso em: 20 set. 2015.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE - SciELO. *Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil*. São Paulo, set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/avaliacao/20141003NovosCritérios_SciELO_Brasil.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. *Sobre este site*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/?lng=pt>>. Acesso em: 20 set. 2015.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA. *Relatório do IV Fórum de Editores de Ciências Sociais*. XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, Salvador, 10-13 set. 2013.

_____. *Relatório do V Fórum de Editores de Ciências Sociais*. XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, Porto Alegre, 20-23 jul. 2015. (Não publicado.)

SOCIOLOGIAS EM REVISTA. *Revistas A1*. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/sociologiasemrevista/revistas-a1>>. Acesso em: 20 set. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Pró-Reitoria de Pesquisa. *Programa de apoio à edição de periódicos*. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/propesq/programas/apoio-a-edicao-de-periodicos/apresentacao-do-paep>>. Acesso em: 20 set. 2015.